

ViaRondon
Concessionária de
Rodovia S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de Dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	12
Demonstrações do valor adicionado	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14



KPMG Auditores Independentes
Passeio das Castanheiras, 431 - Salas 407 a 411
Condomínio Tríade - Torre Nova York - Parque Faber Castell
13561-384 - São Carlos/SP - Brasil
Caixa Postal 708 - CEP 13560-970 - São Carlos/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 2106-6700, Fax +55 (16) 2106-6767
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Lins - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 66.844 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 678.621 mil, substancialmente pela reclassificação do passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$ 573.454 mil, ensejado pelo descumprimento de cláusulas contratuais (“*covenants*”) em contratos de empréstimos,



financiamentos e debêntures, bem como divulga as ações que estão sendo implementadas pela Companhia para a reversão desse cenário. A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade da Administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração. Conforme apresentado na referida nota explicativa, esses eventos ou condições, associados ao fato da Administração da Companhia estar negociando com as instituições financeiras e com os debenturistas o alongamento das dívidas vincendas e as alterações das cláusulas de *covenants* financeiros, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 33 às demonstrações financeiras, que divulgam que em 01 de julho de 2016, foi cumprido na sede da Companhia o Mandado de Busca e Apreensão, expedido pelo Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de obter evidências para investigação de diversos financiamentos concedidos pelo FI-FGTS. A Companhia contratou especialistas externos para conduzir investigação interna independente, sobre o tema supracitado, cujo resultado não identificou riscos legais atribuíveis à Companhia com relação aos fatos da investigação. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- ***Redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis (impairment)***

Conforme indicado na nota explicativa nº 14, o volume de tráfego e conseqüentemente das receitas de pedágio sofreram uma redução em relação às projeções iniciais, principalmente nos exercícios encerrados em 2015 e 2016. Conseqüentemente, a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 66.844 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo em R\$ 678.621 mil. Com a identificação desses indicadores ("*triggers*") a Companhia avaliou a existência de riscos quanto à redução ao valor recuperável em relação à sua unidade geradora de caixa ("UGC") e, para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura da unidade geradora de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados ao plano de negócios e ao processo orçamentário, aprovado pelo Conselho de Administração, contudo optamos por uma abordagem de testes documentais. Analisamos a avaliação da Companhia quanto à existência de indicadores de redução ao valor recuperável em relação à sua UGC, por meio de análises da conjuntura econômica e do desempenho da UGC no exercício e reuniões com as diretorias operacionais da Companhia. Obtivemos os fluxos de caixa descontados da UGC e a correspondente metodologia utilizada para o teste de redução ao valor recuperável. Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e as metodologias



utilizadas pela Companhia na preparação do modelo de cálculo do valor recuperável. Comparamos as premissas da Companhia, com dados obtidos de fontes externas, quando disponíveis, como o crescimento econômico projetado, a inflação de custos e as taxas de desconto. Além disso, avaliamos a análise de sensibilidade do impacto sobre o valor recuperável resultante de possíveis e razoáveis mudanças nas premissas-chave usadas pela Companhia, comparamos a soma dos fluxos de caixa descontados com o valor registrado de ativo intangível da Companhia para determinação do valor em uso. Avaliamos ainda a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia em relação à análise do valor recuperável.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Carlos, 30 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	3.294	13.223	Empréstimos e financiamentos	15	223.888	64.803
Aplicações financeiras	10	26.556	47.023	Debêntures	16	418.576	402.628
Contas a receber	11	10.559	10.602	Fornecedores	17	35.656	31.815
Despesas pagas antecipadamente		430	345	Fornecedores – risco sacado	17.1	6.865	-
Adiantamento a fornecedores		1.005	1.476	Passivo fiscal		2.468	2.319
Outros créditos		3.856	5.698	Obrigações sociais		4.537	3.892
Total do ativo circulante		<u>45.700</u>	<u>78.367</u>	Provisão para manutenção	18	32.293	18.661
				Outras contas a pagar		38	190
Não circulante				Total do passivo circulante			
Realizável a longo prazo						<u>724.321</u>	<u>524.308</u>
Depósitos judiciais		1.532	640	Não circulante			
Imobilizado	13	7.035	6.126	Empréstimos e financiamentos	15	-	231.173
Intangível	14	954.175	927.156	Debêntures	16	-	-
Total do ativo não circulante		<u>962.742</u>	<u>933.922</u>	Provisão para manutenção	18	20.495	21.396
				Imposto de renda e contribuição social diferido	19	20.230	21.548
				Provisão para contingências	20	1.297	1.321
				Total do passivo não circulante		<u>42.022</u>	<u>275.438</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital integralizado	21	322.211	225.811
				Prejuízos acumulados		(80.112)	(13.268)
				Total do patrimônio líquido		<u>242.099</u>	<u>212.543</u>
				Total do passivo		<u>766.343</u>	<u>799.746</u>
Total do ativo		<u>1.008.442</u>	<u>1.012.289</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.008.442</u>	<u>1.012.289</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	22	227.874	278.290
Custo dos serviços prestados	23	(136.175)	(98.663)
Custo de construção	23	<u>(56.259)</u>	<u>(104.849)</u>
Lucro bruto		35.440	74.778
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	<u>(7.265)</u>	<u>(11.883)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		28.175	62.895
Receita financeira	24	4.038	6.471
Despesa financeira	24	<u>(100.375)</u>	<u>(103.033)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(96.337)</u>	<u>(96.562)</u>
Resultado antes dos impostos		(68.162)	(33.667)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	<u>1.318</u>	<u>(3.223)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(66.844)</u>	<u>(36.890)</u>
Prejuízo básico diluído por ação em reais - R\$		<u>(0,20991)</u>	<u>(0,12765)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Prejuízo do exercício	(66.844)	(36.890)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultado abrangente do exercício	<u>(66.844)</u>	<u>(36.890)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital integralizado			Reservas de lucros			Total
	Capital social	Capital a integralizar	Capital integralizado	Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2015	289.000	(63.189)	225.811	1.549	22.073	-	249.433
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(36.890)	(36.890)
Absorção de prejuízo	-	-	-	(1.549)	(22.073)	23.622	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>289.000</u>	<u>(63.189)</u>	<u>225.811</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13.268)</u>	<u>212.543</u>
Integralização de capital conforme AGE em 13 de abril de 2016	-	28.000	28.000	-	-	-	28.000
Integralização de capital conforme AGE em 12 de agosto de 2016	-	12.000	12.000	-	-	-	12.000
Aumento de capital social a integralizar conforme AGE em 14 de setembro de 2016	100.000	(100.000)	-	-	-	-	-
Integralização de capital conforme AGE em 14 de setembro de 2016	-	31.400	31.400	-	-	-	31.400
Integralização de capital conforme AGE em 30 de dezembro de 2016	-	25.000	25.000	-	-	-	25.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(66.844)	(66.844)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>389.000</u>	<u>(66.789)</u>	<u>322.211</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(80.112)</u>	<u>242.099</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(66.844)	(36.890)
Ajustes para:		
Depreciação	1.307	842
Amortização	29.543	18.215
Baixa do intangível	-	174
Baixa do ativo imobilizado líquida	100	-
Provisão para manutenção	40.806	17.797
(Reversão) constituição da provisão para demandas judiciais	(24)	928
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	94.249	99.673
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.318)	3.223
	<u>97.819</u>	<u>103.962</u>
(Aumento) redução no ativo:		
Contas a receber	43	2.919
Despesas pagas antecipadamente	(85)	-
Outros créditos	1.421	(4.764)
Aumento (redução) no passivo:		
Fornecedores	3.780	(4.924)
Obrigações tributárias	149	25
Obrigações sociais	645	731
Contas a pagar	(152)	(16)
Consumo de provisão para manutenção	(28.075)	-
Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures pagos	<u>(57.449)</u>	<u>(53.697)</u>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>18.096</u>	<u>44.236</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(106.633)	(112.746)
Resgate das aplicações	127.100	114.906
Aquisição de imobilizado	(2.316)	(3.771)
Adição ao intangível	<u>(54.769)</u>	<u>(101.069)</u>
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	<u>(36.618)</u>	<u>(102.680)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Aumento de capital em dinheiro	96.400	-
Pagamento de dividendos	-	(1.066)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	71.720
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	<u>(87.807)</u>	<u>(27.006)</u>
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos	<u>8.593</u>	<u>43.648</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(9.929)</u>	<u>(14.796)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	13.223	28.019
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	3.294	13.223

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Receitas operacionais	<u>242.905</u>	<u>293.902</u>
Serviços prestados	186.239	188.746
Receita de construção	56.259	104.849
Outras receitas	407	307
Insumos adquiridos de terceiros	<u>(146.009)</u>	<u>(182.987)</u>
Custos serviços prestados	(33.978)	(34.770)
Custo de construção	(56.259)	(104.849)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(55.772)	(43.368)
Valor adicionado bruto	<u>96.896</u>	<u>110.915</u>
Depreciação de imobilizado	(1.349)	(842)
Amortização de intangível	(29.501)	(18.215)
Valor adicionado líquido produzido	<u>66.046</u>	<u>91.858</u>
Receitas financeiras	4.037	6.471
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>70.083</u></u>	<u><u>98.329</u></u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	<u>20.386</u>	<u>20.883</u>
Remuneração direta	15.152	16.047
Benefícios	4.036	3.577
F.G.T.S.	1.087	1.051
Outros	111	208
Impostos, taxas e contribuições	<u>17.210</u>	<u>9.968</u>
Federais	8.340	1.128
Estaduais	190	92
Municipais	8.680	8.748
Remuneração de capitais de terceiros	<u>99.331</u>	<u>104.368</u>
Juros	97.952	103.033
Aluguéis	1.379	1.335
Remunerações de capitais próprios	<u>(66.844)</u>	<u>(36.890)</u>
Prejuízo do exercício	<u>(66.844)</u>	<u>(36.890)</u>
Total distribuição valor adicionado	<u><u>70.083</u></u>	<u><u>98.329</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509 Jardim Americano, Lins - São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da Companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da Concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.600, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária. Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013; e
- Realização de investimentos na rodovia.

Conforme demonstrado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 66.844 (R\$ 36.890 em 2015) e capital circulante líquido negativo de R\$ 678.621 (R\$ 445.941 em 2015), principalmente pela reclassificação do passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$ 163.716 e R\$ 409.738, de empréstimos e financiamentos e debentures, respectivamente, ensejado pelo descumprimento de cláusulas contratuais (“*covenants*”) em contratos de credores. Para fazer frente a suas obrigações contratuais a Companhia conta com o suporte dos acionistas por meio de integralizações de capital, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi integralizado o montante R\$ 96.400 de capital em recursos financeiros, bem como com recursos de terceiros, previstos para ocorrer nos planos de negócio da Companhia. Até a emissão destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia não obteve êxito nas negociações de obtenção de *waiver* junto aos seus credores, conforme mencionado nas notas explicativas 15 e 16, a Administração da Companhia já iniciou as negociações com o BNDES e com os debenturistas objetivando o alongamento das dívidas vincendas e as alterações das cláusulas de *covenants* financeiros. As demonstrações financeiras

foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Companhia, tendo em vista que os seus negócios têm se comportado conforme esperado em projetos da mesma natureza.

Os planos da Administração visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso a Administração busca a contínua eficiência operacional e consequentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Companhia aumentar suas receitas.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 30 de março de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente

a. Julgamento

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6(c)** - Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível, dentro da interpretação técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 14** - Determinação da vida útil e recuperabilidade do ativo intangível;
- **Notas explicativas nºs 18 e 20** - Provisão para manutenção e Provisão para demandas judiciais - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa nº 19** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 26** - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com

exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - Mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras contas a pagar.

(iv) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) **Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Computadores e periféricos	4 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

c. **Ativos intangíveis**

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

(i) **Contratos de concessão de serviços**

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A

concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

(ii) Direito de outorga

O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “Direito de Outorga”, no ativo intangível (nota explicativa nº 14). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas.

O direito de outorga da concessão vem sendo amortizado pela curva de tráfego pelo prazo da concessão.

(iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

(iv) Gastos subsequentes

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

(v) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão. A amortização é reconhecida no resultado.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e exercício comparativo dos outros intangíveis são as seguintes:

Software

5 anos

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

d. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros - não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

e. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(i) Provisão de manutenção - contratos de construção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente no final do contrato de concessão são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

g. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos dos empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

h. Receita operacional

(i) Receita de pedágio

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(ii) Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro a aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(v) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(vi) **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

k. Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

l. Informações por segmento

A principal receita da atividade da Companhia vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão. Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance são tomadas considerando a Companhia como um todo, ou seja, a Companhia está organizada em um único segmento de negócio.

m. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são requeridas pelas normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na

preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada, a seguir são destacadas as principais alterações:

- **Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7):** As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12):** As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes):** A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **IFRS 16 Leases (Arrendamentos):** A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

Outras alterações

A Companhia está avaliando os possíveis impactos que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

8 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Aplicações financeiras

Os valores justos de aplicações financeiras são baseados em informações de instituições financeiras, os quais são idênticos aos valores contábeis.

(ii) Empréstimos e recebíveis

O valor justo de empréstimos e recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros apurados na data de apresentação que se equipara ao valor contábil em função do curto prazo de recebimento.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa	1	1
Bancos	3.133	13.062
Fundo de troca/numerários trânsito	160	160
	3.294	13.223

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 26.

10 Aplicações financeiras

	2016	2015
Aplicações financeiras	26.556	47.023

Aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco Bradesco, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES e Debêntures, veja maiores detalhes nas notas explicativas nº 15 e 16.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 26.

11 Contas a receber

	2016	2015
Pedágio eletrônico	9.129	9.471
Visa - vale-pedágio	132	167
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	839	837
DBTrans S/A	157	120
Outros	302	7
	10.559	10.602

O contas a receber da Companhia não apresenta montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não existe ajuste para provisão para redução do valor recuperável sobre o contas a receber.

12 Transações com partes relacionadas

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores no trimestre e nove meses findos em de 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Descrição	2016	2015
Diretores estatutários	42	38

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia.

A Companhia submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a. Contas patrimoniais

		Saldo em aberto em	
	Nota	2016	2015
Ativo			
<i>Adiantamentos a fornecedores</i>			
BRVias Holding VRD S.A.	(i)	749	623
BRVias S.A.	(vii)	2.189	3.549
Total adiantamentos a fornecedores		2.938	4.172
Passivo			
<i>Serviços prestados</i>			
Empresa Princesa do Norte S.A.	(iii)	152	143
Splice Ind e Com de Serviços	(iv)	88	335
Noroestecom Telecomunicações S/A.	(viii)	-	9
Marília Transporte Ltda.	(iii)	1	-
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(vi)	10	-
Total fornecedores (nota explicativa nº 17)		251	487
Total do passivo		251	487

b. Transações que afetaram o resultado

	Nota	Valor da transação no resultado	
		2016	2015
<i>Serviços prestados</i>			
Empresa Princesa do Norte S.A.	(iii)	(1.946)	(1.840)
Splice Ind e Com de Serviços	(iv)	(1.315)	(1.396)
BRVias S.A.	(vii)	(7.563)	(2.686)
Barbará Obras e Edificações Ltda.	(ii)	(283)	(555)
Avine Engenharia Ltda EPP	(v)	(82)	(559)
Noroestecom Telecomunicações S/A.	(viii)	(57)	(74)
Conservação Sorocabana Ltda.	(ii)	(16)	(51)
Marília Transporte	(iii)	(17)	(51)
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(vi)	(154)	(301)
Total fornecedores		(11.433)	(7.513)

- (i) São serviços administrativos tais como publicação de balanço e outros que foram pagos pela Companhia;
- (ii) As transações referem-se à execução direta e/ou indireta as obras e serviços de engenharia previstas nos itens do programa de exploração de rodovia;
- (iii) Serviços de transportes de pessoal;
- (iv) Execução de serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (v) Serviços de consultoria de engenharia;
- (vi) Serviços de consultoria administrativa;
- (vii) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhado; e
- (viii) Outros serviços diversos.

13 Imobilizado

	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2015	2.308	3.024	1.530	131	6.993
Adições	1.734	1.913	124	-	3.771
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.042	4.937	1.654	131	10.764
Adições	193	50	202	1.871	2.316
Baixas	-	(100)	-	-	(100)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.235	4.887	1.856	2.002	12.980
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(1.172)	(2.029)	(554)	(41)	(3.796)
Depreciação no exercício	(521)	(181)	(113)	(27)	(842)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(1.693)	(2.210)	(667)	(68)	(4.638)
Depreciação no período	(568)	(538)	(175)	(26)	(1.307)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.261)	(2.748)	(842)	(94)	(5.945)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2015	2.349	2.727	987	63	6.126
Em 31 de dezembro de 2016	1.974	2.139	1.014	1.908	7.035

14 Intangível

	Praças de pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga(i)	Outros-concessão(ii)	Software	Total
Custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2015	34.992	362.063	7.697	413.597	82.469	1.828	902.646
Aquisições e construções	95	71.820	99	-	33.231	1.143	106.388
Baixas	-	-	-	-	(174)	-	(174)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	35.087	433.883	7.796	413.597	115.527	2.971	1.008.861
Aquisições e construções	119	20.561	258	-	35.320	304	56.562
Saldo em 31 de dezembro de 2016	35.206	454.444	8.054	413.597	150.847	3.275	1.065.423
Amortização acumulada							
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(7.364)	(12.206)	(1.424)	(36.998)	(4.622)	(876)	(63.490)
Amortização do exercício	(633)	(7.834)	(141)	(7.467)	(2.086)	(54)	(18.215)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(7.997)	(20.040)	(1.565)	(44.465)	(6.708)	(930)	(81.705)
Amortização do exercício	(976)	(12.601)	(223)	(11.469)	(4.183)	(91)	(29.543)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(8.973)	(32.641)	(1.788)	(55.934)	(10.891)	(1.021)	(111.248)
Valor líquido contábil							
Em 30 de dezembro de 2015	27.090	413.843	6.231	369.132	108.819	2.041	927.156
Em 31 de dezembro de 2016	26.233	421.803	6.226	357.663	139.956	2.254	954.175

- (i) Conforme descrito na nota explicativa 1, a Companhia registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstramos a seguir:

	2009
Valor da outorga	411.000
Ajuste a valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
	413.597

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada Custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o Direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

Anualmente, ou a qualquer momento em que a Administração identifique algum risco no valor recuperável dos seus ativos, o cálculo do valor recuperável é avaliado com o objetivo de identificar possíveis riscos quanto à redução ao valor recuperável em relação à sua unidade

geradora de caixa ("UGC"). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o tráfego de veículos equivalentes foi de 39.065 (em 31 de dezembro de 2015 foi de 43.233 mil). O método para o cálculo do valor recuperável utilizado foi o fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras, sendo que a partir dessa avaliação a Administração não identificou necessidade de registro de redução ao valor recuperável.

15 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 26.

	Taxa de juros a.a.	Indexador	Vencimento	2016	2015
Finame-BNDES(i)	5,50%	-	2021	710	2.024
Finem-BNDES(ii)	2,41%	TJLP	2025	137.468	178.577
Finem-BNDES(ii)	2,41%	UMIPCA-M.	2025	68.852	89.443
Nota promissória	3,25%	CDI	2016	-	25.042
CCB	5,00%	CDI	2017	15.092	-
Leasing	17,09% a 19,68%	-	2015 - 2016	1.766	890
Total (iii)				<u>223.888</u>	<u>295.976</u>
Parcela circulante				223.888	64.803
Parcela não circulante				-	231.173

- (i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Finame para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens.
- (ii) Em 14 de dezembro de 2011, a Companhia firmou, em conjunto com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 343.706, sobre 71,4% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal e durante o período de carência, com exigibilidade trimestral e sobre 28,6% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais UMIPCA-M (Unidade Monetária IPCA), com exigibilidade anual e carência durante os dois primeiros anos. Recursos que foram e serão utilizados para investimentos na rodovia. O valor total de R\$ 343.706, sendo que, até 31 de dezembro de 2015, foram liberados R\$ 274.246. Conforme cláusulas contratuais firmadas entre as partes, o saldo de R\$ 41.923 será liberado durante o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016, concomitantemente ao cronograma de investimento do Contrato de Concessão, nas respectivas proporções de desembolso para cada subcrédito.

A amortização do principal dos subcréditos atrelados a TJLP será em 114 prestações mensais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2012 (Sub A), 15 de novembro de 2013 (Sub C e E), 15 de novembro de 2015 (Sub H e J). Já a amortização do principal dos subcréditos atrelados a UMIPCA-M será em 9 prestações anuais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2013 (Sub B) e em 15 de janeiro de 2015 (Sub D, F, I e K). O Subcrédito G será utilizado na implantação de projetos sociais nas populações lindeiras ao longo da rodovia, a amortização deste subcrédito se dará em 114 parcelas mensais, a serem iniciadas em 15 de novembro de 2015, ao custo de TJLP.

Em dezembro de 2011 foi liberado o montante de R\$ 140.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 57.676 do Subcrédito A, R\$ 23.103 do Subcrédito B, R\$ 35.000 do Subcrédito C e R\$ 24.222 do Subcrédito D.

Em outubro de 2012 foi liberado o montante de R\$ 29.000 e em 14 de dezembro de 2012 foi liberado o montante de R\$ 6.000, referente ao subcrédito "C". Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em abril de 2013 foi liberado o montante de R\$ 30.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 18.694 do Subcrédito C e R\$ 11.306 do Subcrédito D. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em maio e junho de 2014 foram liberados o montante de R\$ 50.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 35.700 do Subcrédito H, R\$ 14.300 do Subcrédito I. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em janeiro, maio e junho de 2015 foram liberados o montante de R\$ 46.783, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 7.511 do Subcrédito C, R\$ 28.039 do Subcrédito H e R\$ 11.233 do Subcrédito I. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Garantias

- Cessão da totalidade dos Direitos Creditórios;
- Cessão do Crédito de Contas Vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária; e
- Aval da Comporte Participações S.A e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A, até que sejam cumpridas certas obrigações contratuais.

As garantias reais citadas acima são compartilhadas com a 1ª Emissão de Debêntures, na proporção do saldo devedor de cada dívida.

O financiamento ainda conta com a garantia no montante de R\$ 41.923 através de fiança bancária, que serão resgatadas quando do cumprimento das obrigações previstas no contrato com o BNDES.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 2.809 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. Em 31 de dezembro de 2016 o montante a apropriar no resultado futuro totaliza R\$ 1.824.

As principais cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES descritos acima são as seguintes:

- Não realizar distribuição de dividendos, ou pagamentos de juros sobre capital próprio e ou pagamentos de juros ou principal de mútuos juntos aos controladores da Companhia cujo valor, supere o mínimo previsto em lei, até o final do exercício de 2016;
- Sem prévia e expressa anuência do BNDES, não se endividar em valores que superem R\$ 20.000 (valor atualizado anualmente no dia 31 de janeiro de cada ano pelo IPCA anterior), com exceção as dívidas permitidas;
- Não contrair mútuos com sua acionista e com partes relacionadas de sua acionista, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- Manter os seguintes índices financeiros:
 - Patrimônio líquido/Ativo total maior ou igual a 20%;
 - Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,2;
 - Manter o índice “Dívida líquida / EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5 (cinco) até dezembro de 2015, e igual ou menor do que 4 (quatro) a partir de janeiro de 2016, até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para o período e exercício findos em junho e dezembro de cada ano, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atingiu o índice de Dívida Líquida / EBITDA de 6,26 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 4; e a Companhia atingiu o índice de ICSD de 0,72 ao passo que a cláusula contratual define que seja superior a 1,2, e como consequência, o montante de R\$ 163.716, foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Administração já iniciou as negociações junto ao credor, porém até a emissão destas demonstrações financeiras a Administração não obteve sucesso na obtenção de waiver junto ao credor. Adicionalmente, em 20 de março de 2017 a Administração questionou o BNDES sobre as possíveis penalidades pelo descumprimento de *covenants*, o BNDES se posicionou informando que a implicação, é a possível

aplicação de multa por inadimplemento não-financeiro.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía R\$ 41.923 de linha de crédito aprovada junto ao BNDES e a liberar. A liberação ocorre mediante a comprovação dos investimentos previstos no cronograma de desembolsos apresentado ao BNDES.

(iii) Os empréstimos e financiamentos possuem, em 31 de dezembro de 2016, taxa média ponderada de 7,92% a.a.

16 Debêntures

Tipo de operação	Taxa de juros a.a.	31/12/2016	31/12/2015
Debêntures	7,75% a.a + IPCA	418.576	402.628

Em 04 de junho de 2012, a Companhia realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 300.000. Foram emitidas 300 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2018 e último vencimento em 04 de junho de 2027. As Debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 7,75% ao ano.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagáveis a cada período de 12 (doze) meses contados da data de emissão, iniciando em 04 de junho de 2013 até 04 de junho de 2027.

Garantias

- Cessão da totalidade dos Direitos Creditórios;
- Cessão do Crédito de Contas Vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária; e
- Fiança da Comporte Participações S.A., Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A., Breda Transportes e Serviços S.A. e Calas Participações S.A. a partir de 30 de junho de 2014, da BRVias Holding VRD S.A.

As Garantias Reais citadas acima são compartilhadas com o contrato de financiamento do BNDES da modalidade FINEM, na proporção do Saldo Devedor de cada Dívida.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:

- Manter os seguintes índices financeiros:
 - Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,3;
 - Manter o índice “Dívida líquida / EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5,1 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 4,5 até dezembro de 2015, e igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2017, igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
 - Manter o índice “Dívida líquida / Patrimônio líquido” anualizado igual ou menor do que 4,0 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2015, e igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
 - Patrimônio líquido/Ativo total maior ou igual a 20%; e
 - Manter o índice “EBITDA/Despesas financeira” anualizado igual ou maior do que 1,5 até dezembro de 2016, igual ou maior do que 2,0 até dezembro de 2017 e igual ou maior do que 2,5 a partir de janeiro de 2018 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para exercício findos em dezembro de cada ano, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atingiu o índice de ICSD de 0,72 ao passo que a cláusula contratual define que seja superior a 1,3; a Companhia atingiu os índices de Dívida líquida / EBITDA de 6,26 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 3,5; e EBITDA/Despesas financeira de 0,97 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou maior que 1,5, e como consequência, o montante de R\$ 409.738, foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Administração já iniciou as negociações junto ao credor, porém até a emissão destas demonstrações financeiras a Administração não obteve sucesso na obtenção de waiver junto ao credor. A Companhia acredita que a anuência do credor para o descumprimento de *covenants* será obtido com data posterior às demonstrações financeiras, uma vez que já está em tramitação interna junto aos comitês de aprovação do debenturista.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 2.214 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante a apropriar no resultado futuro em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.408.

17 Fornecedores

	2016	2015
Fornecedores - partes relacionadas (nota explicativa 12)	251	487
Fornecedores diversos	16.454	13.960
Medições a pagar	2.698	1.809
Retenções (i)	16.253	15.559
Total	35.656	31.815

- (i) A Companhia adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

17.1 Fornecedores - risco sacado

A Companhia possui contratos firmados com bancos para estruturar alguns de seus fornecedores a operação denominada “*forfait*”. Nestas operações os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para os bancos que, por sua vez, passam a ser credores da operação. A utilização de instituição financeira intermediando a aquisição de serviços com tais fornecedores tem por objetivo alongar o prazo de pagamento e contribuir para a melhoria do fluxo de caixa operacional. Considerando as características de tais transações e ciente do ofício CVM 01/2016 de 18 de fevereiro de 2016, a Companhia está apresentando o saldo de tais transações em rubrica específica

Em 31 de dezembro de 2016, as taxas de desconto das operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras tiveram média ponderada de 120% a.m. à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

18 Provisão para manutenção -Contrato de concessão

A Companhia constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado abaixo:

	2016	2015
Passivo circulante	32.293	18.661
Passivo não circulante	<u>20.495</u>	<u>21.396</u>
 Total	 <u><u>52.788</u></u>	 <u><u>40.057</u></u>

Movimentação da provisão para manutenção

	2016	2015
Saldo inicial	40.057	22.260
Realização por consumo	(28.075)	-
Adições	<u>40.806</u>	<u>17.797</u>
 Saldo final	 <u><u>52.788</u></u>	 <u><u>40.057</u></u>

19 Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	2016	2015
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	32.669	17.714
Provisão para manutenção	17.948	13.619
Outras provisões temporárias	1.417	1.035
(-) Ativo fiscal não reconhecido (*)	<u>(42.799)</u>	<u>(23.133)</u>
	<u>9.235</u>	<u>9.235</u>
 Passivo		
Custos dos empréstimos	(1.333)	(1.333)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1) / IFRIC 12	<u>(28.132)</u>	<u>(29.450)</u>
	<u>(29.465)</u>	<u>(30.783)</u>
	<u><u>(20.230)</u></u>	<u><u>(21.548)</u></u>

(*) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos em sua totalidade com relação a estes itens por falta de premissas futuras com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) - Tributos Sobre o Lucro.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Movimentação no resultado			
	2016	2015	2016	2015
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa	32.669	17.714	14.955	3.941
Provisão para manutenção	17.948	13.619	4.329	(1.518)
Outras provisões temporárias	1.417	1.035	382	1.035
(-) Ativo fiscal não reconhecido	<u>(42.799)</u>	<u>(23.133)</u>	<u>(19.666)</u>	<u>(15.565)</u>
	9.235	9.235	-	(12.107)
Passivo				
Custos dos empréstimos	(1.333)	(1.333)	-	-
Intangíveis - Efeito temporário	<u>(28.132)</u>	<u>(29.450)</u>	<u>1.318</u>	<u>8.884</u>
	(29.465)	(30.783)	1.318	(8.471)
	<u>(20.230)</u>	<u>(21.548)</u>	<u>1.318</u>	<u>(3.223)</u>

a. Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Descrição	2016	2015
a. Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	96.084	51.392

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

b. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

Descrição	2016	2015
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(68.162)	(33.667)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	23.175	11.447
(-) Adições permanentes	(152)	(328)
(+) Exclusões permanente	-	352
(-) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	(19.666)	(23.133)
(-) Compensação de prejuízo fiscal	-	48
(+/-) Outros créditos não reconhecidos	<u>(2.039)</u>	<u>8.391</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.318	(3.223)
	1%	10%

20 Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e demais penalidades em decorrência das fiscalizações dos

agentes reguladores. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2016, está provisionado o montante de R\$ 1.297 (R\$ 1.321 em 2015), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2015	597	724	1.321
Constituição de provisão	-	-	-
Reversão de provisão	157	(181)	(24)
Saldo final	754	543	1.297

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 3.517 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 4.811 em 2015).

Descrição	2016		2015	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	31	1.535	75	1.231
Trabalhistas	38	1.982	29	2.609
Total	69	3.517	88	3.840

A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 26.500 (nota explicativa nº 27), seguro para possíveis atrasos em obras conforme previsto no edital licitatório no valor de R\$ 119.145 (nota explicativa nº 27) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia é responsável solidária.

21 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 14 de setembro de 2016 houve o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 100.000, passando o capital social dos atuais R\$ 289.000 para R\$ 389.000, sendo R\$ 308.946 já integralizados e R\$ 66.789 a integralizar e está representado por 194.500.000 de ações ordinárias e 194.500.000 de ações preferenciais.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Conforme comentado na nota explicativa nº 15, por conta do contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia não poderá distribuir dividendos superiores ao dividendo mínimo obrigatório.

22 Receita operacional líquida

Abaixo a composição da receita operacional líquida:

	2016	2015
Receita de pedágios	186.239	188.746
Receita de construção	56.259	104.849
Receitas acessórias	407	307
Outras receitas	457	34
Tributos incidentes	<u>(15.488)</u>	<u>(15.646)</u>
Total	<u>227.874</u>	<u>278.290</u>

23 Gastos por natureza

Abaixo a composição do custo dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais:

	2016	2015
Serviços de terceiros	(34.002)	(33.807)
Com pessoal	(23.279)	(23.799)
Amortização e depreciação	(30.850)	(19.057)
Constituição de provisão para manutenção	(40.886)	(17.797)
Custo de contrato concessão	(11.337)	(10.332)
Outros	<u>(3.083)</u>	<u>(5.754)</u>
Total	<u>(143.440)</u>	<u>(110.546)</u>
Custo dos serviços prestados	(136.175)	(98.663)
Despesas administrativas e gerais (i)	(7.265)	(11.883)
Custo de construção	(56.259)	(104.849)

(i) As despesas administrativas são compostas basicamente por despesas com pessoal.

24 Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram:

	2016	2015
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	4.038	6.419
Outros	<u>-</u>	<u>52</u>
Total das receitas financeiras	<u>4.038</u>	<u>6.471</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(99.270)	(101.991)
Outras despesas financeiras	<u>(1.105)</u>	<u>(1.042)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(100.375)</u>	<u>(103.033)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(96.337)</u>	<u>(96.562)</u>

25 Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/ IAS 33 (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação:

Memória de cálculo do resultado por ação

Período	Resultado do período	Quantidade ponderada de ações	Resultado por ação Básico e diluído - R\$ - Expresso em Reais
2016	(66.844)	318.444.444	(0,20991)
2015	(36.890)	289.000.000	(0,12765)

26 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

31 de dezembro de 2016	Nota	Valor contábil			Valor justo				
		Valor justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	3.294	-	3.294	-	-	-	-
Aplicação financeira	10	26.556	-	-	26.556	-	-	-	26.556
Contas a receber de clientes	11	-	10.559	-	10.559	-	10.559	-	-
Outros créditos		-	3.856	-	3.856	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	223.888	223.888	-	-	-	223.888
Debêntures	16	-	-	418.576	418.576	-	418.576	-	418.576
Fornecedores	17	-	-	35.656	35.656	-	35.656	-	-
Fornecedores - risco sacado	17.1	-	-	6.865	6.865	-	-	-	-

31 de dezembro de 2015	Nota	Valor contábil				Valor justo			
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	13.223	-	13.223	-	-	-	-
Aplicação financeira	10	47.023	-	-	47.023	47.023	-	-	47.023
Contas a receber de clientes	11	-	10.602	-	10.602	-	-	-	-
Outros créditos		-	5.698	-	5.698	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	295.976	295.976	295.976	-	-	295.976
Debêntures	16	-	-	402.628	402.628	402.628	-	-	402.628
Fornecedores	17	-	-	31.815	31.815	-	-	-	-

b. Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2016.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) **Risco de liquidez**

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, redução do tráfego e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento as necessidades operacionais do negócio.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

Cronograma de amortização da dívida

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

Em 31/12/2016	Contábil	Fluxo contratual	2017	2018	Acima de 2019
Empréstimos e financiamentos	223.888	278.900	15.000	48.267	215.633
Debêntures	418.576	643.788	-	45.347	598.441
Fornecedores	35.656	35.656	33.036	-	-
Fornecedores - risco sacado	<u>6.865</u>	<u>6.865</u>	<u>6.865</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>684.985</u>	<u>962.589</u>	<u>54.901</u>	<u>93.614</u>	<u>814.074</u>

Em 31/12/2015	Contábil	Fluxo contratual	2.016	2.017	Acima de 2018
Empréstimos e financiamentos	295.976	435.936	72.907	67.031	295.548
Debêntures	402.628	864.287	31.924	35.219	797.144
Fornecedores	31.815	31.815	31.815	-	-
	<u>730.419</u>	<u>1.332.038</u>	<u>136.646</u>	<u>102.250</u>	<u>1.092.692</u>

(iii) **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2016 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da

Companhia indexados pelo IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, CDI - Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

		<u>Valor contábil</u>	
		2016	2015
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Empréstimos e financiamentos		2.476	2.914
Risco		<u>Valor contábil</u>	
		2016	2015
Instrumentos de taxa variável			
Empréstimos e financiamentos	TJLP	137.468	178.577
Empréstimos e financiamentos	UM-IPCA	68.852	89.443
CCB	CDI	15.092	-
Debêntures	IPCA	418.576	402.628

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do IPCA, CDI e TJLP, principal exposição de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros as estas variáveis são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do IPCA e TJLP.

(ii) Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa do IPCA de acordo com as projeções obtidas pelo BACEN - Relatório FOCUS e a TJLP obtida no BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, ambas em 31 de dezembro de 2016.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA e TJLP foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

(iii) **Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros**

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da IPCA e TJLP é apresentada na tabela abaixo:

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2016	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
			Valor	Valor	Valor	Valor		
Empréstimos e financiamentos	137.468	Aumento TJLP	7,50%	(10.310)	9,38%	(12.888)	11,25%	(15.465)
Empréstimos e financiamentos	68.852	Aumento UMIPCA	1,84%	(1.267)	2,30%	(1.584)	2,76%	(1.900)
CCB	15.092	Aumento CDI	14,25%	(2.151)	17,81%	(2.688)	21,38%	(3.226)
Debêntures	418.576	Aumento IPCA	9,32%	(39.011)	11,65%	(48.764)	13,98%	(58.517)
Total dos passivos financeiros	639.988	***	***	(52.739)	***	(65.924)	***	(79.108)
Impacto no resultado do período apresentado						(13.185)	(13.185)	

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2016	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor	Valor	Valor	Valor		
Empréstimos e financiamentos	137.468	Redução TJLP	7,50%	10.310	5,63%	7.733	3,75%	5.155
Empréstimos e financiamentos	68.852	Redução UMIPCA	1,84%	1.267	1,38%	950	0,92%	634
CCB	15.092	Redução CDI	14,25%	2.151	10,69%	1.613	7,13%	1.076
Debêntures	418.576	Redução IPCA	9,32%	39.011	6,99%	29.258	4,66%	19.506
Total dos passivos financeiros	639.988	***	***	52.739	***	39.555	***	26.370
Impacto no resultado do período apresentado						13.185	13.185	

A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ARTESP - Agência de Transportes do Estado de São Paulo) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

(iv) **Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de *rating*. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

27 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Mai/2016 a Mai/2017	79.679
Garantia ampliação	Mai/2016 a Mai/2017	119.145
Operacionais	Mai/2016 a Mai/2017	24.860
Responsabilidade Civil	Mai/2016 a Mai/2017	33.300
Engenharia	Mai/2016 a Mai/2017	25.968
Engenharia - Obra Bauru	Mai/2016 a Mai/2017	53.500

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de Responsabilidade Civil contra Terceiros (Danos Materiais, Corporais e Morais).

28 Benefícios a empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo a empregados e administradores: auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale alimentação.

Não é política da Companhia conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

29 Aspectos ambientais

A ViaRondon - Concessionária de Rodovia S.A. considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

30 Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na nota explicativa nº 27.

A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita a fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível a questionamentos e as penalidades cabíveis, caso não esteja atendendo as obrigações licitatórias. Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar as suas demonstrações financeiras.

31 Compromissos

Decorrente da verba de fiscalização

A Companhia assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária, portanto em 27 de junho de 2013 foi publica no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Esse montante a realizar em 31 de dezembro de 2016 totaliza R\$ 850.155, valor nominal.

32 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2.

Durante o exercício findos em 31 de dezembro de 2016 a Companhia adquiriu ativo intangível no montante de R\$ 56.562, dos quais R\$ 1.793 são itens não caixa referente às retenções parciais do valor de serviço contratado - fornecedores, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros.

33 Outros assuntos

Em 01 de julho de 2016, foi cumprido na sede da Companhia o Mandado de Busca e Apreensão, expedido pelo Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de obter evidências para investigação de diversos financiamentos concedidos pelo FI-FGTS, tendo sido pela Companhia disponibilizadas todas informações solicitadas.

A Companhia contratou especialistas externos para conduzir investigação interna independente, sobre o tema supracitado, compreendendo o período de março de 2011 à maio de 2012. A investigação não identificou riscos legais atribuíveis à Companhia com relação aos fatos da investigação.

Até o momento, não houve qualquer desdobramento desta ação, sendo que a Companhia nunca figurou como parte investigada em qualquer procedimento. A Companhia continua à disposição das autoridades legais para prestar esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

* * *

Diretoria

Marcos Máximo de Novaes Mendonça
Diretor Financeiro

José Efraim Neves da Silva
Diretor Administrativo

Ricardo de Souza Adenes
Diretor de Relações com Investidores

Antônio Vieira Netto
Diretor de Engenharia

Heloisa Custódio de Oliveira
Diretora de Operações

Conselho da Administração

Antônio Roberto Beldi
Henrique Constantino
Ricardo Constantino
Ricardo de Souza Adenes

Contador

Marcelo Carlos Biancolini
Contador - CRC/SP nº 1SP236252/O-0